

LIGHT

Nome com que se tornou conhecido o grupo de empresas constituídas por investidores canadenses e norte-americanos a partir do final do século XIX, tendo por objetivo explorar os serviços de iluminação pública e particular, de fornecimento de energia elétrica e de transportes por tração elétrica, entre outros, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A primeira dessas empresas foi a São Paulo Railway, Light and Power Company Limited, criada na cidade de Toronto, Canadá, em 7 de abril de 1899, e autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 3.349, de 17 de julho do mesmo ano. Em 13 de dezembro, a São Paulo Light teve sua denominação alterada para São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited. A Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, também sediada em Toronto, foi criada em 9 de junho de 1904 para explorar os serviços de energia elétrica na capital da República. Teve sua denominação alterada para Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited em 18 de julho, confirmando-se, dessa forma, o amplo escopo de objetivos da empresa, que incluía, além da iluminação pública e particular e do fornecimento de eletricidade, a construção e a exploração de linhas de carris urbanos, ferrovias e serviços de telefones. A Rio Light foi autorizada a funcionar no Brasil com a expedição do Decreto nº 5.539, de 30 de maio de 1905.

A crescente diversificação e a complexidade das atividades desenvolvidas por essas empresas, desde o início do século XX, levou à constituição, também em Toronto, em julho de 1912, da *holding* Brazilian Traction, Light and Power Company Limited. A Brazilian Traction tinha por objetivo subscrever, garantir, adquirir ou possuir obrigações ou debêntures, ações e outros títulos, de qualquer corporação do governo, de bancos, companhias ou corporações atuantes num amplo rol de atividades de energia elétrica, podendo ainda reunir ou incorporar quaisquer outras companhias com objetivos similares aos seus. Em seu ato de incorporação, a Brazilian Traction tornou-se detentora das três principais empresas pertencentes ao mesmo grupo de investidores canadenses no Brasil, a São Paulo Light, a Rio Light e a São Paulo Electric Company, que fora organizada em 1910 e era responsável pelos serviços de energia elétrica no interior do estado de São Paulo. Todas essas empresas, ainda que nominalmente canadenses,

contavam com expressiva participação de capitalistas norte-americanos, aumentando-se em seguida, progressivamente, o aporte de investimentos oriundos dos mercados europeus, sobretudo inglês.

ANTECEDENTES, CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO GRUPO LIGHT

A chegada a São Paulo dos investidores responsáveis pela criação da Light, em 1899, foi precedida por gestões conduzidas por empresários e políticos locais vinculados aos canadenses, com o objetivo de assegurar junto aos poderes públicos todas as garantias legais necessárias à exploração dos serviços de iluminação e transportes urbanos naquela cidade. Depois de instalados no Brasil, os representantes da Light buscaram manter relações estreitas com políticos influentes, o que favoreceu a obtenção e a consolidação das concessões de serviços públicos visadas pela empresa e também a incorporação das pequenas concessionárias então existentes na sua área de atuação.

Anteriormente à constituição da empresa paulista, em 15 de junho de 1897, o cidadão italiano Francisco Gualco e o brasileiro Antônio Augusto de Sousa obtiveram da Câmara Municipal de São Paulo uma concessão para exploração do serviço de transportes urbanos por ferro carris de tração elétrica. Gualco residira no Canadá, onde atuara como empreiteiro de mão de obra, tendo-se associado, em um projeto de imigração, ao advogado Américo de Campos, filho de Bernardino de Campos, que fora presidente do estado de São Paulo e ministro da Fazenda. O sócio de Gualco na concessão municipal, Antônio Augusto de Sousa, também se vinculava à família Campos, sendo sogro de Carlos de Campos, que era filho de Bernardino e irmão de Américo de Campos. Gualco e Sousa atuaram como intermediários nos entendimentos mantidos entre os investidores canadenses e norte-americanos e as autoridades brasileiras na preparação do empreendimento paulista. Foi Gualco que entrou em contato com Frederick Stark Pearson, engenheiro norte-americano de grande renome e investidor em diversos empreendimentos nos setores de ferrovias e carris urbanos de tração elétrica nas cidades de Nova Iorque e Boston, nos Estados Unidos, em Cuba e também no Canadá.

Na preparação do empreendimento de São Paulo, Pearson estava associado ao empreiteiro e capitalista canadense William Mackenzie, estabelecido em Toronto, que comandava um vasto conjunto de investimentos em ferrovias, empresas de navegação,

transportes urbanos e energia elétrica. Os investidores associados a William Mackenzie eram responsáveis por vultosas operações financeiras nos mercados canadense e norte-americano e nas praças europeias e controlavam, nas duas primeiras décadas do século XX, um importante conjunto de empresas de serviços públicos em países como Espanha e México e no Caribe.

O interesse dos capitalistas canadenses no projeto paulista justificava-se pelo fato de que a cidade de São Paulo despontava, ao final do século XIX, como um mercado extremamente promissor para investimentos em atividades de serviços públicos. No último quartel do século, a reboque da expansão do setor exportador cafeeiro, a capital paulista sofrera expressivo crescimento demográfico, passando de 31 mil habitantes em 1872 para 239 mil habitantes em 1900. Registrava também acelerada diversificação das atividades comerciais e urbanas, espelhada no fortalecimento do setor bancário e na multiplicação dos estabelecimentos industriais.

Em dezembro de 1898, a concessão original dada a Glauco e Sousa foi ampliada com a autorização para a construção de novas linhas de bondes, além das inicialmente previstas, sendo-lhes outorgada ainda uma segunda concessão para a exploração de serviços de iluminação pública e particular e fornecimento de força motriz a partir de geração elétrica na cidade de São Paulo. Todas essas vantagens seriam transferidas à São Paulo Light após a criação da empresa, em abril de 1899.

Na data de sua criação, a São Paulo Light declarava o capital de seis milhões de dólares. Tinha por objetivo realizar um amplo escopo de atividades que incluía a produção, a utilização e a venda de energia elétrica gerada por qualquer tipo de força (vapor, gás, pneumática, mecânica ou hidráulica), o estabelecimento de sistemas de transporte por ferro carris e a exploração de serviços de telégrafo e telefones. Inicialmente, os serviços de iluminação pública ficariam restritos às vias não supridas pela iluminação a gás, então operada pela São Paulo Gaz Company, de capital inglês. No ano de 1900, a São Paulo Light incorporou, por compra, a Companhia Viação Paulista, que operava bondes de tração animal, e a Companhia Água e Luz de São Paulo, de eletricidade, assumindo definitivamente o controle desses serviços na capital paulista. Em maio do mesmo ano, entrou em operação a primeira linha de bondes elétricos da São Paulo Light.

A primeira hidrelétrica da São Paulo Light, a usina de Parnaíba, foi inaugurada em setembro de 1901. Situava-se no rio Tietê, a 33 quilômetros da cidade de São Paulo, dispondo da capacidade geradora inicial de 2 MW. Em 1913, após a construção da represa de Guarapiranga, a potência da usina foi ampliada para 16 MW. A segunda hidrelétrica da Light paulista foi a usina de Itaparanga, inaugurada em 1914, com capacidade de 37,5 MW.

Na capital federal, uma primeira concessão para fornecimento de energia elétrica produzida por força hidráulica foi dada pela prefeitura municipal ao engenheiro inglês William Reid, da firma William Reid & Cia., em dezembro de 1899. A “concessão Reid” autorizava a construção e a manutenção de usinas hidrelétricas por tempo indeterminado e garantia privilégio exclusivo, por 15 anos, e licença sem exclusividade, por mais 30 anos, para fornecimento de eletricidade à cidade do Rio de Janeiro. A mesma concessão continha cláusula de reversão de bens e instalações, ao final do contrato, o que deveria ocorrer sem indenização. Em 1904 a “concessão Reid” foi transferida ao Banco Nacional Brasileiro e em seguida à Companhia Nacional de Eletricidade, de propriedade do mesmo banco.

A proposta de constituição de uma segunda empresa, nos moldes da São Paulo Light, destinada a explorar os serviços de viação por tração elétrica e fornecimento de eletricidade na capital da República, foi apresentada pelo advogado canadense Alexander Mackenzie, representante da empresa, no início de 1904, ao prefeito Francisco Pereira Passos e ao presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). Por essa época Pearson mantivera contatos com o empresário brasileiro Eduardo Guinle, filho de Eduardo Palassim Guinle, que, juntamente com Cândido Gaffrée, era proprietário da Companhia Docas de Santos, tendo em vista assegurar a participação nacional no projeto, que, no entanto, não chegou a ser concretizada. No ano anterior, Mackenzie havia obtido, em seu nome, uma concessão estadual para a exploração de energia hidráulica no rio Paraíba do Sul, na queda de Sapucaia, tendo em vista a instalação de uma usina para fornecimento de eletricidade à cidade do Rio de Janeiro, no local onde haviam sido conduzidos alguns estudos por William Reid. Da mesma forma que São Paulo, o Rio de Janeiro crescera de forma acelerada no último quartel do século XIX, passando de 274 mil habitantes em 1872

para 811 mil habitantes em 1900, e apresentando-se também, portanto, como mercado bastante atraente para o fornecimento de serviços urbanos de energia elétrica.

A proposta canadense recebeu acolhimento favorável por parte das autoridades no Rio. O projeto de instalação dos modernos serviços de eletricidade e transportes públicos por tração elétrica vinha a calhar, no momento em que a capital federal passava pelo importante processo de remodelação conduzido por Passos, que abarcava a reforma do porto, a renovação dos diversos equipamentos e serviços urbanos e a abertura de novas ruas e avenidas nos espaços anteriormente ocupados pelo casario de feições coloniais.

A criação da Rio Light deu-se, como no caso de sua antecessora paulista, a partir de entendimentos conduzidos por Frederick Pearson nos Estados Unidos e no Canadá e por Mackenzie no Brasil, e foi precedida pela organização de uma primeira companhia, em maio de 1904, denominada Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, sediada no estado americano de Nova Jersey. Tomaram parte nessa iniciativa o empresário norte-americano Percival Farquhar, que tinha numerosos investimentos no Brasil, o banqueiro canadense Willian van Horne e o banqueiro americano W. Lanman Bull, além do próprio Pearson. No mês de junho, após a adesão do grupo de investidores associados ao empreendimento paulista, foi organizada, finalmente, a Rio Light canadense, e foi abandonado o projeto da empresa norte-americana. O capital declarado da nova empresa era de 25 milhões de dólares, dos quais quatro milhões de dólares já integralizados.

A instalação da Rio Light e sua posterior expansão freavam as aspirações dos proprietários da Companhia Docas de Santos, Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée, de atuar nas atividades de serviços públicos de energia elétrica. Logo após a criação da empresa, em outubro de 1904, a Prefeitura do Distrito Federal editou um decreto proibindo a concessão de privilégios para qualquer aplicação de energia elétrica, o que impedia, portanto, a formação de monopólios no setor, medida que parecia favorecer os empresários brasileiros. Órgãos como o *Jornal do Comércio*, *A Notícia* e a *Gazeta de Notícias*, atuando como porta-vozes dos interesses de Gaffrée e Guinle, denunciaram a suposta irregularidade dos métodos adotados pela Rio Light para a conquista de vantagens.

Por essa época, foi decisiva a intervenção de Mackenzie e Percival Farquhar para que o Departamento de Estado norte-americano e diplomatas desse país conduzissem gestões

junto ao ministro de Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, em favor da Light. Em maio de 1905, finalmente, foi concedida à Rio Light a autorização para funcionar no Brasil. A cobertura legal das diversas operações da empresa canadense foi garantida pela atuação de advogados de renome como Carlos de Campos e Antônio Pinto Ferraz, no Brasil, e pelo escritório de advocacia Blake, Lash & Cassels, do Canadá, ao qual estava vinculado o próprio Alexander Mackenzie. Além disso, o eminente jurista Rui Barbosa forneceu pareceres fundamentando o pleito dos canadenses em favor do estabelecimento do monopólio na área de serviços públicos, e integrou os quadros da Rio Light a partir de 1907. Nesse ano, a revisão da “concessão Reid” garantiu aos canadenses a ampliação do prazo de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, sem exclusividade, até o ano de 1990.

Em 1909, novos conflitos opuseram os dirigentes canadenses aos empresários brasileiros Gaffrée e Guinle, dessa vez tendo por objeto o fornecimento de eletricidade ao mercado paulista, pretendido pela Companhia Docas de Santos. Novamente prevaleceu a posição favorável aos primeiros, sendo confirmadas as prerrogativas da São Paulo Light pela Câmara Municipal.

Logo em seguida à sua criação, a Rio Light iniciou um processo de incorporação de pequenas companhias de capital nacional e estrangeiro que operavam nas áreas de seu interesse, o que rapidamente lhe garantiu o efetivo controle sobre uma variada gama de atividades e serviços. Em 1905, a Rio Light adquiriu a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel e a empresa de serviço de telefones *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft*, ambas de capital alemão. Com o propósito específico de atuar nessas operações, foram incorporadas nos Estados Unidos duas novas companhias, a Vila Isabel Tramway Company e a Rio de Janeiro Telephone Company, respectivamente. No mesmo ano, e também por intermédio de uma terceira empresa organizada nos Estados Unidos, a Rio de Janeiro Gas Company, foi adquirida a belga *Société Anonyme du Gas*, que detinha contrato firmado em 1885 com o governo imperial para fornecimento de serviços de iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro. Entre 1906 e 1911, a Rio Light adquiriu, por compra ou tomada do controle acionário, a Companhia de Ferro Carril Carioca, a Estrada de Ferro Corcovado, a Companhia de São Cristóvão (de bondes), a Companhia de Carris Urbanos, a Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico e a

Companhia Ferro Carril de Jacarepaguá. Em 1911, foi adquirida a Interurban Telephone Company of Brasil, que operava os serviços de telefones nas cidades de Niterói e Petrópolis, no interior do estado do Rio de Janeiro. A totalidade dos acervos das companhias de bondes foi integralmente adquirida pela empresa canadense em maio de 1916.

A primeira hidrelétrica da Rio Light foi a usina de Fontes, inaugurada em maio de 1908, como capacidade instalada de 12 MW, o que a equiparava, isoladamente, à potência instalada total do Brasil no ano de 1900. A entrada em operação das usinas da Light, no Rio de Janeiro e em São Paulo, representava, portanto, uma significativa ampliação de escala em relação aos empreendimentos do gênero existentes no Brasil até o final do século XIX. Em 1910, a capacidade instalada total do grupo Light era de 48 MW, correspondendo a 30% total nacional, dos quais 12 MW instalados no sistema de São Paulo (7,5% do total nacional) e 36 MW no sistema do Rio de Janeiro (22,5% do total nacional).

A reunião das empresas canadenses, sob administração financeira centralizada, através da *holding* Brazilian Traction, em julho de 1912, com capital declarado de 12 milhões de dólares, aumentou grandemente o poder de barganha da Light nos entendimentos com as diferentes esferas do poder público no Brasil, para a negociação de novas concessões ou renegociação das existentes, o que lhe garantiu largos benefícios e vantagens. Nos mesmos moldes das companhias de eletricidade e também com sede em Toronto, foi incorporada, em fevereiro de 1914, a Interurban Company Limited, cuja denominação foi alterada para Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company em maio desse ano. A nova empresa de telefones obteve autorização para funcionar no Brasil em fevereiro de 1915.

Na cidade do Rio de Janeiro, os canadenses estenderam seus negócios também à operação de linhas de ônibus urbanos quando, em 1918, a Rio Light adquiriu a concessão anteriormente outorgada ao engenheiro inglês H. L. Wheatley para esses serviços. Em 1926, a extensão das operações da Rio Light nesse setor levaria à organização da empresa Viação Excelsior, mantida em atividade até a década de 1940.

No ano de 1920, o total instalado nas usinas das empresas canadenses havia mais do que dobrado em relação aos valores registrados dez anos antes, atingindo 134 MW,

ou 37,5% do total nacional, dos quais 58 MW em São Paulo (16,2% do país) e 76 MW no Rio de Janeiro (21,3% do total do país). Em fevereiro de 1922, com a finalidade específica de realizar a construção e a exploração do fornecimento de energia elétrica da usina de Ilha dos Pombos, no rio Paraíba, foi constituída, sob controle da *holding* canadense e também com sede em Toronto, mais uma empresa de energia elétrica, a Brazilian Hydro Electric Company Limited. A construção da usina de Ilha dos Pombos, com 44 MW, visava a garantir a ampliação da potência instalada do grupo Light destinada ao fornecimento de energia elétrica ao Distrito Federal, que se achava por essa época próxima ao limite de utilização, em função do rápido incremento do consumo e da expansão dos serviços públicos baseados na utilização da eletricidade. O projeto e a execução da obra ficaram a cargo do conhecido engenheiro americano Asa Kenney Billings, que mais tarde se tornou presidente da Brazilian Traction.

Em 1922, a revisão do contrato original do serviço de telefones da Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft garantiu a extensão de sua vigência até o ano de 1990. Em janeiro de 1923, a Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company teve sua denominação alterada para Brazilian Telephone Company, tornando-se válido, de acordo com o estatuto publicado no mesmo ano, o uso da tradução portuguesa Companhia Telefônica Brasileira.

Ao final da década de 1920, a Rio Light ampliou grandemente sua área de atuação, restrita originalmente ao território do Distrito Federal, ao adquirir diversas pequenas empresas de eletricidade nos municípios atravessados por suas linhas de transmissão. Entre 1928 e 1932, foram incorporadas a Companhia Industrial de Eletricidade (Piraí, Paraíba do Sul e Valença), a Empresa Fluminense de Força e Luz (Barra do Piraí, Vassouras e Valença), a Empresa Força e Luz de Floriano (Barra Mansa), a Empresa Industrial Serra do Mar (Vassouras) e as usinas Turvo e Chalet, pertencentes à Companhia de Fiação e Tecidos São José (Barra Mansa).

Também em São Paulo foi promovida expressiva ampliação da capacidade instalada do grupo canadense na década de 1920, com a construção das novas hidrelétricas de Rasgão (22 MW) e Cubatão (70 MW), a partir de projetos desenvolvidos por Asa Billings. No interior do estado, entre 1927 e 1928, a São Paulo Light incorporou um total de oito

empresas concessionárias, estendendo suas operações aos municípios de Jundiaí, Mogi das Cruzes, Taubaté, Itu, Guaratinguetá e Caçapava.

Em 1930, os sistemas da Light somavam 330 MW, ou 44,1 % do total da capacidade instalada no Brasil, sendo 175 MW em São Paulo (23 % do total nacional) e 155 MW (20,7 %) no Rio de Janeiro. A Rio Light controlava toda a área fluminense do Vale do Paraíba e parte da Baixada Fluminense, estendendo sua atuação a quase todas as cidades ao longo dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, até a divisa com São Paulo.

NACIONALIZAÇÃO, ESTATIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

A Revolução de 1930 trouxe impactos significativos para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades das empresas do grupo Light. Fortaleceu-se a capacidade de intervenção estatal sobre as atividades econômicas e consolidou-se a regulamentação da exploração dos recursos naturais considerados estratégicos para o desenvolvimento do país e a defesa nacional. Dispositivos constantes da nova Constituição federal, promulgada em julho de 1934, e do Código de Águas, editado no mesmo mês, consagraram princípios nacionalistas, restringindo a outorga de novas concessões para aproveitamentos hidrelétricos a empresas organizadas no país, embora tenham sido assegurados os direitos obtidos anteriormente à publicação desses instrumentos, o que, em princípio, salvaguardava os interesses das empresas canadenses. A Constituição de novembro de 1937, do Estado Novo, inovou ao proibir a outorga de concessões de novos empreendimentos hidrelétricos a empresas estrangeiras, reservando esse direito somente a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros.

Após a queda do Estado Novo e a redemocratização, em 1946, não houve mudanças significativas na legislação no tocante ao setor elétrico. Apesar das restrições existentes à realização de novos aproveitamentos, o grupo Light consolidou sua liderança na indústria de energia elétrica, aumentando sua capacidade instalada para 980 MW em 1950, ou 52,1% do total do país. Os investimentos mais significativos se concentraram no sistema da empresa paulista, que passou a totalizar a capacidade de 600 MW em 1950, com a ampliação da usina de Cubatão. A empresa promoveu acréscimos nas usinas de Fontes e Ilha dos Pombos, no sistema fluminense, que alcançou a capacidade de 380 MW no ano de 1950.

Frente ao novo quadro jurídico e institucional, os dirigentes canadenses iniciaram a transferência progressiva para o Brasil da alta administração e do processo decisório das empresas controladas pela Brazilian Traction. Em 1938, um despacho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizou o uso do nome em português pelas empresas de São Paulo e do Rio, isto é, da denominação Companhia de Carris Luz e Força. Em 1947, outro passo importante no sentido da transferência da administração da Light para o Brasil foi a criação da Companhia Brasileira Administradora de Serviços Técnicos (Cobast), que tinha por finalidade centralizar a administração e as operações técnicas de todas as empresas controladas no país. A nacionalização de todas as empresas do grupo Light foi efetuada a partir de novembro de 1956, com a transformação da Brazilian Telephone Company na Companhia Telefônica Brasileira, e da São Paulo Light na São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade. Em junho de 1959 foram nacionalizadas a Brazilian Hydro Electric Company Limited, sob a denominação de Companhia Fluminense de Energia Hidrelétrica; a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited, sob a denominação de Rio Light S.A. – Serviços de Eletricidade e Carris; e a São Paulo Electric Company Limited, sob a denominação de São Paulo – Serviços de Eletricidade S.A..

Outra mudança importante foi a criação da Brascan – Expansão e Investimentos S.A., em dezembro de 1956, tendo por objetivo realizar operações de crédito e financeiras e, em particular, a compra e venda de títulos e a subscrição de ações em empresas de qualquer natureza, especialmente de serviços públicos. O surgimento da empresa de investimentos representava a busca de alternativas para os investimentos do grupo Light, diante da necessidade de contornar dificuldades relativas à ampliação da capacidade instalada, atribuídas pelos dirigentes da empresa canadense à impossibilidade de fixar tarifas satisfatórias, em face da legislação reguladora do setor de energia elétrica.

Até a década de 1960, embora a capacidade instalada do grupo Light tenha crescido a taxas médias inferiores ao crescimento da demanda, registraram-se importantes acréscimos nas instalações das empresas. Em São Paulo, teve destaque a ampliação da usina de Cubatão e a construção da usina subterrânea de Cubatão II e da termelétrica de Piratininga. No Rio de Janeiro, foram realizadas as obras de desvio dos rios Paraíba e Piraí que garantiram a construção da usina subterrânea de Nilo Peçanha, inaugurada em

1954, e da usina de Ponte Coberta, concluída em 1962. Em 1960, os sistemas das empresas do grupo Light somados totalizavam 2.140 MW, correspondendo a 50,4 % da capacidade instalada total do país. A participação relativa do grupo começaria a declinar depois dessa data, em função da entrada em operação de usinas de maior porte construídas pelos governos federal e estaduais. Com o início da operação da usina de Furnas, do governo federal, em 1963, a participação da Light reduziu-se a 38,4% do total do país.

Desde a criação da Brascan, fortaleceu-se a tendência à diversificação dos investimentos do grupo Light no Brasil, que passaram a se dirigir preferencialmente para a atuação no mercado financeiro, seguindo tendência semelhante à de outras empresas de serviços públicos estrangeiras que mantinham operações na América Latina. No que respeita às atividades tradicionais do grupo na área de serviços públicos, estas passaram a se concentrar na produção e distribuição de energia elétrica. Os serviços de carris urbanos de São Paulo foram transferidos para a prefeitura municipal na década de 1940, enquanto os bondes do Rio de Janeiro passaram à administração do estado da Guanabara em 1963. A Companhia Telefônica Brasileira foi vendida à estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em 1966. Nessa ocasião, a *holding* teve sua denominação alterada para Brazilian Light and Power Company Limited.

Em agosto de 1967, o Decreto nº 61.232 aprovou a unificação de todas as empresas de eletricidade do grupo Light, sob a denominação Light – Serviços de Eletricidade S.A., empresa sediada em São Paulo. A Sociedade Anônima do Gás do Rio de Janeiro, que sucedera à antiga Societé Anonyme du Gas, foi transferida para o estado da Guanabara em maio de 1969. No mês seguinte, o nome da *holding* foi alterado para Brascan Limited.

Em 12 de janeiro de 1979, as ações da Light de propriedade da Brascan, no valor de 380 milhões de dólares, foram vendidas à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, empresa *holding* do setor elétrico do governo federal. Essa operação foi duramente criticada por políticos e jornalistas, que denunciaram sua inconstitucionalidade, uma vez que o preço acordado excedia a lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional para o exercício daquele ano. Também foi questionado o valor real da operação, sendo colocado em dúvida o lucro declarado pela empresa, utilizado para o cálculo do preço

das ações. Outras questões levantadas sobre a operação relacionavam-se à necessidade de considerar a amortização do investimento da empresa ao longo do período do seu funcionamento no país, e à possibilidade contratual da encampação da Light.

A venda da Light representou a etapa final de liberalização dos investimentos do grupo canadense no Brasil, iniciada em 1956, com a criação da empresa de investimentos Brascan. Segundo Duncan McDowall, o grupo Light permaneceu até a década de 1950 como a maior corporação privada da América do Sul, quando foi superado por algumas empresas de petróleo da Venezuela. Foi também o maior empregador privado do Brasil até a década de 1960. Após 1979, a Brascan manteve vastos investimentos nos setores financeiro, de alimentos e bebidas, mineração, turismo e imobiliário. Em 2009, teve sua denominação alterada para Brookfield Brasil.

Exerceram a presidência da *holding* Brazilian Traction, Light and Power Company, depois Brascan Limited, até a venda da Light para o governo brasileiro, em janeiro de 1979, Frederick S. Pearson (1912-1915), Alexander Mackenzie (1915-1928), Miller Lash (1928-1941), Herbert Couzens (1941-1944), Asa K. White Billings (1944-1946), Henry Borden (1946-1964), John Grant Glassco (1964-1968) e John Henderson Moore (1968-1979).

No contexto das reformas neoliberais da década de 1990, com a redução expressiva da presença empresarial do Estado, a Light foi privatizada, em leilão realizado em maio de 1996. A administração da empresa foi então transferida ao consórcio formado pelas multinacionais EDF – Electricité de France, AES Corporation e Reliant Energy, e pela Companhia Siderúrgica Nacional. Em 2002, após reestruturação societária, a Light passou a ter como controladora principal a EDF. Em 2005, foi criada a *holding* Light S.A., controladora das três empresas operacionais Light Energia S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Light Esco Ltda. Em 28 de março de 2006, as ações da EDF foram vendidas à Rio Minas Energia Participações S.A. (RME), composta pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Andrade Gutierrez Concessões S.A. (AG Concessões), Pactual Energia Participações S.A. (Pactual Energia) e Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações (Luce).

Maria Letícia Corrêa

Fontes: CABRAL, L. *Light*; DATAS LIGHT. Gerência do Centro Cultural da Light. (s.d, mimeo.); DIAS, R. *Panorama*; LAMARÃO, S. *Capital*; LIGHT . *Histórico*; LOBO, E.; LEVY, M. *Estudos*; MCDOWALL, D. *Light*; MENDES, D.; POLETI, I.; SOARES, L. *Formação*; SAES, A. *Conflitos*; SIRKIS, S. *Energia*; TENDLER, J. *Electric*.